

Reforma do Estado e privatização na década de 1990: o setor elétrico em perspectiva

State reform and privatization in the 1990s: the prospective electric sector

Resumo: O setor elétrico brasileiro passou por um conjunto de reformas e reestruturações durante os anos 90. Este movimento marcou uma relação complexa na redefinição de atuação do Estado, principalmente as praticadas no setor elétrico. Cada vez mais se construía o discurso e a ideologia de que o Estado Desenvolvimentista que vigorou no passado estava fracassado e, que havia necessidade de realização de um conjunto de reformas orientadas para o mercado. Este processo foi marcado por interesses de classes, frações de classes, elites e empresários nacionais e internacionais que souberam aproveitar muito bem das privatizações. A discussão, mesmo que modesta, sobre estas indagações é nosso propósito neste artigo.

Palavras-Chaves: Reformas do Estado, Privatização, Setor Elétrico e Agências Reguladoras.

Abstract: The Brazilian electricity industry has undergone a number of reforms and restructuring during the 90s. This move marked a complex relationship in redefining State action, especially those practiced in the electricity sector. Increasingly it is building the speech and the ideology of the developmental state that prevailed in the past had failed and that there was need to carry out a set of market-oriented reforms. This process was marked by class interests, class fractions, elites and national and international entrepreneurs who knew how to make good use of privatization. The discussion, even if modest, about these questions is our purpose in this article.

Keywords: State of the Reforms, Privatization, Electric Sector and Regulating Agencies.

Fecha de recepción: 29 de agosto de 2017

Fecha de aceptación: 19 de abril de 2018

Reforma do Estado e privatização na década de 1990: o setor elétrico em perspectiva¹

Alessandro Andre Leme*

Introdução

Embora as primeiras usinas hidroelétricas e/ou termoelétricas (a carvão ou madeira) foram criadas no final do século XIX, é somente a partir da década de 1930 que vai começar a se institucionalizar de forma mais efetiva enquanto fator de desenvolvimento e modernização do país. Este processo de modernização do país contemplava um processo de crescente urbanização e industrialização do Brasil, principalmente a partir da pós-segunda guerra mundial. E é neste contexto que o setor de energia elétrica (no caso brasileiro, de vocação hidroelétrica) se fortalece e passa a ser encarado como fator de modernização do país, por um lado e, por outro, como um dos setores responsáveis para superar os estrangulamentos presentes no recente processo urbano-industrial brasileiro.

O setor elétrico brasileiro, por meio de sua indústria hidroelétrica representou uma importante etapa para o processo de substituição de importações, principalmente nos fatores de substituição de importações de equipamentos (Klein, 1986). A matriz vai ser predominantemente a hidroeletricidade como fonte geradora/produtora de energia, seja, pelas Usinas Hidroelétricas ou pelas Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's). Neste modelo também se montou uma estrutura de transmissão de energia em alta-tensão cuja finalidade era de transportar a energia gerada nas usinas hidroelétricas aos centros consumidores. E uma estrutura de distribuição em baixa tensão para levar a energia aos consumidores finais (residencial, industrial, comercial, e rural).

A geração/produção de energia elétrica constituiu-se predominantemente por hidrelétricas estatais (federais e estaduais), implantadas pelas cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), usufruindo do grande percentual de águas interiores que o Brasil possui com a implantação de Grandes Centrais Hidroelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas espalhadas pelas bacias hidrográficas brasileiras. O Sistema de Transmissão de energia elétrica brasileira apresenta um Sistema Interligado Nacional (SIN) no qual participam empresas da região sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e parte do norte (tendo apenas aproximadamente 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do país fora deste sistema, localizados em pequenos sistemas locais – principalmente na região norte do país). A predominância hidroelétrica de energia, o tamanho e as características do Sistema Interligado Nacional (SIN) brasileiro fazem dele único em termos mundiais (www.ons.com.br).

¹ Este artigo contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

* Doutor em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: alessandro_leme@id.uff.br

Ainda há um sistema de distribuição em baixa tensão que leva a energia elétrica aos consumidores finais, caracterizando o setor na sua forma estrutural de composição tríade, ou seja, geração/produção, transmissão em alta tensão e distribuição. Essa estrutura nos mostra a característica técnica/econômica, ainda temos as seguintes características constituintes do setor, a saber: a econômica, referente aos meios e mecanismos de financiamento e a político-institucional, referente à definição institucional e aos marcos governamentais e regulatórios do setor elétrico brasileiro, assim como também, a definição dos atores participantes em cada esfera setorial.

O setor elétrico como um complexo de organizações e papéis sociais é estruturado em torno de um conjunto de atividades compartilhadas. Neste sentido, o setor elétrico pode ser entendido como um subconjunto institucionalizado de relações sociais, tendo atenção privilegiada do Estado e, que contém inúmeras dimensões que podem ser compartilhadas no espaço (territorialidade). No final do século XX, há uma redefinição na relação entre o Estado e o Mercado, uma vez em que este setor começou a passar por um conjunto de reformas que visavam colocá-lo sob a lógica e os mecanismos do mercado, deixando ao Estado o papel de regulador e fiscalizador desta nova formação social e político-econômica em que o setor adentra.

As reformas do estado frente às pressões globais

O final do século XX marcou, principalmente nos países em desenvolvimento, um conjunto de transformações de natureza político-econômicas e institucionais em constante debate/diálogo com os interesses das elites locais/regionais. As transformações, neste sentido acabaram por caracterizar um quadro, já presente em outros momentos históricos, onde os interesses de parte dos grupos sociais, classes sociais (e frações de classe) e das elites locais (econômicas e políticas) movidos estritamente por seus interesses, sabem se aproveitar muito bem das oportunidades surgidas pela “nova” configuração global da economia capitalista mundial e dos respectivos espaços de reprodução nos estados nacionais, principalmente nos em desenvolvimento – Brasil, por exemplo (Velasco e Cruz, 2004).

De forma simples, porém não superficial, Velasco e Cruz (2004) enumera um conjunto de diferenças e processos que são fundamentais para o entendimento das reformas ocorridas do final do século XX. Um dos fenômenos que é percebido com mais cuidado é o crescente papel das organizações formais na influência e coordenação internacional da economia capitalista. Tal fenômeno, tem como marco, o pós-segunda guerra mundial onde são criadas várias Organizações Internacionais, Ligas e Acordos que visavam ora fomentar, estimular, propor e mesmo orientar sobre quais rumos as economias (e conseqüentemente os Estados) deveria tomar. Neste processo, os EUA e a Inglaterra acabaram tendo um papel destacado por tomarem a frente e, de alguma forma, representarem certa hegemonia no cenário internacional, neste sentido, vão ser eles os principais atores (países e respectivos governos conservadores) a propor novos alicerces para a nova ordem econômica internacional e ao mesmo tempo garantir que expressões sociais tais como o comunismo e o nazismo e/ou fascismo não representem alternativas. O resultado pragmático resultante deste cenário foi à elaboração do sistema de *Bretton Woods*.

É deste processo de construção de hegemonias e interesses das sociedades capitalistas envoltos desta nova configuração da economia internacional que as instituições internacionais voltadas ao financiamento e ao fomento das economias dos países em desenvolvimento passaram a requerer ajustes e mudanças político-institucionais necessárias à garantia das

mudanças requerente pela nova ordem da economia internacional, que pós-segunda guerra se configura como a garantia do desenvolvimento² (Velasco e Cruz, 2004).

No centro desses acontecimentos está a constante presença da idéia de que o Estado era e deveria ser o principal ator na condução das reformas necessárias e, ao mesmo tempo, conduzir a economia no rumo desejado, ou seja, o desenvolvimento econômico e conseqüentemente também o social. Neste sentido, o capitalismo nos países em desenvolvimento viria da atuação bem sucedida do Estado como planejador e executor das transformações necessárias, via industrialização, por exemplo.

Todavia, a partir da década de 1980, este quadro começa a se alterar e sofre um conjunto de transformações radicais, dentre elas, as privatizações em setores antes geridos pelo Estado, tal qual evidenciaremos aqui com o caso do setor elétrico. Mas, para além das reformas e/ou transformações setoriais, há a necessidade de compreendermos que ocorre uma alteração substantiva na forma com que se pensava e se propunha a condução das reformas tidas estruturais e infra-estruturais nos países, principalmente nos países em desenvolvimento. Esta alteração se refere ao giro de praticamente 180° no discurso e na prática econômica, ou seja, o que antes se propunha e era visto como a melhor saída para desenvolvimento passa e ser encara como o principal fator gerador da crise na qual os países entraram a partir de meados da década de 1970 (a crise do petróleo apresenta destaque).

Ao passo que no pós-segunda guerra, o Estado era visto como o grande promotor do desenvolvimento, tomando para si a responsabilidade da condução dos aparelhos burocráticos do Estado e ao mesmo tempo, gerindo e promovendo as reformas estruturais necessárias para acabar com os estrangulamentos presentes nas economias dos países em desenvolvimento (tratados pela literatura Cepalina como periféricos ou “atrasados”). Na década de 1980, este mesmo Estado passa a ser encarado como o ator responsável pelas mazelas nas quais as economias estariam passando desde a primeira crise do petróleo em 1973. Neste sentido, o Estado ao invés de promotor do desenvolvimento como propalado após a segunda guerra, ele não só teria gerado uma crise, como também se apresentava como um mal alocador de recursos, ou seja, era ineficiente para conduzir os aspectos econômicos realizados no mercado.

Neste discurso, o Estado não é mais o promotor do desenvolvimento econômico, mas sim, o ator que propicia as condições para que a liberdade dos indivíduos (atores econômicos) no mercado se realize³. O Estado se apresenta como legislador (para garantir os direitos de propriedade privada ao capital) e arbitro (para garantir o livre exercício das liberdades individuais no mercado), tal qual já propalava Friedman⁴ em *Capitalismo e Liberdade* (1977) e *Liberdade de Escolher*⁵ (1979), livro que o rendeu o Nobel em Economia.

² O Banco Mundial se apresenta como um dos principais protagonistas neste processo, todavia, outros atores também tiveram influência (embora de menor peso), dentre eles, os bancos regionais, as agências especializadas das Nações Unidas e a CEPAL na América Latina e Caribe.

³ Na tradição teórico-metodológica monetarista de Friedman a realização das liberdades individuais econômicas se apresenta como o principal fator que propicia a realização também da liberdade política.

⁴ Milton Friedman é um dos principais autores a produzir conhecimento e propor alternativas a saída da crise por meio da volta a ortodoxia econômica (seu monetarismo), ou seja, separar e definir bem qual campo de atuação compete ao Estado (Legislador e arbitro) e ao Mercado (esfera econômica do livre exercício da liberdade e das realizações e satisfações individuais). Para o autor o pleno exercício da liberdade econômica (no mercado) seria o principal fator causal da realização da liberdade política, (Friedman, 1977).

⁵ Escrito em parceria com Rose Friedman.

Este novo quadro político-econômico que se começa a institucionalizar, marca uma perspectiva centrada na austeridade fiscal por um lado e, por outro, na ortodoxia monetária, que na prática passa a engendrar e/ou propor um conjunto de reformas orientadas para o mercado, ou seja, um conjunto de políticas setoriais interligadas, cujo centro é a transferência do maior número possível de atividades para a lógica do mercado e, simultaneamente diminuindo a atuação do Estado na economia.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado no pós-guerra evidenciou a existência de um contrato social que garantia o crescimento estável da economia capitalista até meados de 1970, marcando o período denominado de “trinta anos de ouro do capitalismo ou trinta gloriosos”. Com as alterações no plano econômico, político e institucional ocorrida principalmente a partir de meados da década de 1970, o modelo de desenvolvimento econômico que marcou o período “trinta anos de ouro do capitalismo” começa a ser questionado. Dentre os questionamentos, aparece às chamadas falhas de governo resultadas da ação empresarial do Estado que estaria funcionando muito mais como protetor dos concorrentes do que dá concorrência.

É perante este cenário político-institucional e econômico que o Brasil entra na década de 1980 em crise, agravada principalmente por quatro acontecimentos internacionais, a saber:

- a) o segundo “choque” do petróleo, em 1979, que provocou dentre outros efeitos o aumento da taxa de inflação, o aumento da dívida externa e ainda acentuou o desequilíbrio no balanço de pagamentos;
- b) a recessão econômica dos países capitalistas desenvolvidos em decorrência da crise do petróleo, afetando as exportações brasileira;
- c) a elevação das taxas de juros no mercado internacional que gerou aumento dos gastos com o pagamento do serviço da dívida externa e;
- d) a Moratória do México em 1982, que acabou por levar o Sistema Financeiro Internacional a suspender novos empréstimos ao Brasil.

Um dos elementos proposto para recuperação das economias acometidas por esta crise seria a realização de um conjunto de reformas orientadas para o mercado e, dentro destas reformas, as privatizações acabaram tendo uma representação significativa.

Estado e privatização: crítica e debate

As discussões sobre as privatizações e, principalmente as ocorridas nos setores de infraestrutura, anteriormente geridos por empresas públicas em diversos países em desenvolvimento e mesmo em alguns países desenvolvidos, nos remetem a questões de natureza e de práticas (políticas e econômicas). Isto porque, para o quadro conceitual do liberalismo econômico, as empresas públicas seriam portadoras de algumas contradições, uma em particular bastante significativa, qual seja: a de que a empresa pública ao mesmo tempo em que se apresentava como fator de acumulação de capital, também representava um instrumento de política de governo. Fato inconcebível para esta linhagem teórica, por contrariar as possibilidades de tomada de decisões no livre jogo do mercado. Embora indesejada pelo liberalismo econômico, as empresas públicas ocuparam um lugar de destaque tanto nos países desenvolvidos, como também nos países em desenvolvimento, principalmente a partir da pós-segunda guerra mundial.

Os setores mais visados e mais facilmente transformados em empresas públicas foram os voltados para os serviços de utilidade pública, ou, os necessários à implantação de indústrias de base nos países em desenvolvimento, onde a necessidade de romper com os estrangulamentos econômicos passavam por uma estratégia de substituição das importações, como o verificado no caso brasileiro, por exemplo. Outro fator presente nos países em desenvolvimento era a baixa capacidade dos grupos locais em darem respostas rápidas e efetivas à necessidade de implantar uma indústria num processo que exige grandes mobilizações de capital num tempo relativamente curto de maturação e, ao mesmo tempo não representavam atrativos para o capital internacional. Tal quadro é verificado no caso do setor elétrico brasileiro, principalmente a partir da década de 1950⁶, seja sob governo democrático (2º mandato de Getúlio Vargas⁷, Juscelino Kubitschek e João Goulart) ou sob governos autoritários (governos militares pós-64).

Mesmo oriunda das motivações expostas acima, a empresa pública sofreu fortes ataques dos ideários em prol da liberalização econômica desde o início, ou seja, para esta abordagem teórica, a interferência do Estado nas questões econômicas estaria criando muito mais problemas (por mais que estes somente aparecessem em médio prazo) do que soluções para suas respectivas economias. Seja porque o Estado seria ineficiente na condução econômica ou porque geraria déficit público, a solução sempre se apresentava como a transferência do controle dessas empresas para o setor privado.

A construção histórico-econômica da privatização como única alternativa para adoção de políticas econômicas voltadas para o mercado nos países em desenvolvimento, embora tenha reservado algumas especificidades de país para país⁸, podemos afirmar que as privatizações tiveram papel central do debate sobre as reformas do Estado na década de 1990, principalmente nos países latino-americanos, especialmente o caso Argentino e o Brasileiro, respectivamente os que mais privatizaram.

A Argentina privatizou suas empresas entre os anos de 1990 e 1999 a uma média anual de US\$ 4,46 bilhões, respectivamente 1,51% de seu PIB, em 1999. Já o Brasil privatizou a soma de US\$ 6,98 bilhões, o equivalente a 0,93% do seu PIB, em 1999, embora o ano de 1998 tenha sido o que o país mais tenha privatizado (US\$ 33,427 bilhões), (Velasco e Cruz, 2004:99). A tabela 1 a seguir apresenta os valores em dólares das privatizações em alguns países latino-americanos evidenciando as anos mais intensivos das Reformas.

⁶ O Livro *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*, problematiza as grandes questões que marcaram o Brasil a partir dos anos 50, aqui citamos a questão do desenvolvimentismo, das políticas econômicas adotadas e das relações entre a ação Estatal e governamental com os diferentes e antagônicos grupos e classes sociais no país, principalmente a partir da grande Depressão de 1929 e da Revolução de 1930, ambos os processos tendo importância para a centralização do Estado no Brasil.

⁷ A respeito da chamada “Era Vargas” citamos o livro “Vargas e a crise dos anos 50” organizado pela Historiadora Angela de Castro Gomes. O livro trás discussões acerca das principais questões, temas e conceitos presentes na construção democrática brasileira, assim como, na própria afirmação do Estado-nação, quais sejam: o nacionalismo, o trabalhismo, imperialismo, populismo, entre outros. Enfim, o livro acaba por mostrar como os acontecimentos políticos do período Vargas marcaram mudanças profundas nos rumos de toda a sociedade brasileira.

⁸ O caso que mais se diferenciou dos demais, segundo Velasco e Cruz, foi o Coreano por a partir do pós-guerra construir uma indústria já assentada na lógica do mercado, ou seja, a Coréia ao contrário dos demais países não conferiu um papel importante à empresa pública. Ao passo que quando todos os países vão discutir sobre as privatizações a Coréia vai direcionar suas reformas para o estabelecimento de fronteiras mais transparentes entre os interesses privados e o poder público, na tentativa de evitar os vícios dos grupos monopolistas - independente de ser privado ou público (Velasco e Cruz, 2004:98-99).

Tabela 1 – O processo de privatização em alguns países latino-americanos (bilhões de US\$)*

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	média
Argentina	7,560	2,841	5,742	4,670	0,894	1,208	0,642	4,366	0,510	16,156	4,46
Brasil	0,044	1,633	2,401	2,621	2,104	0,992	5,770	18,737	32,427	2,880	6,96
Chile	0,098	0,364	0,008	0,106	0,128	0,013	0,187	----	0,181	1,053	0,24
Colômbia	0,000	0,168	0,005	0,391	0,170	0,000	1,851	2,876	0,518	----	0,75
México	0,000	----	----	0,273	0,347	0,240	0,271	0,716	0,092	1,163	0,44
Venezuela	0,010	2,278	0,140	0,036	0,008	0,039	2,017	1,387	0,112	0,046	0,61

Fonte: World Bank Indicators, 2001.

* Dados extraídos da tabela contida em Velasco e Cruz, 2004:98.

Como evidenciado até o momento, as privatizações se assentaram numa lógica de entregar ao mercado os setores da economia mais atrativos aos grupos econômicos nacionais e internacionais. Todavia, esta tomada de decisão não é meramente técnica, ou seja, marcada por uma escolha simplesmente técnico-burocrática. Ela passa também por uma tomada de decisão política, ou seja, sobre que tipo de Estado e que tipo de atuação compete a este novo Estado, centrado muito mais na fiscalização e regulação dos setores rentáveis da economia por meio de agências reguladoras, tal qual veremos no caso brasileiro com a criação na ANEEL para o setor elétrico, da ANATEL para o setor de Telecomunicações e da ANP para o Petróleo, para nos atermos apenas a algumas.

Todavia, as tomadas de decisões do plano governamental para realização de tais reformas privatistas também não foram fáceis por conter um conjunto de atores e classes muito grande participando de forma direta ou indireta deste processo. Além do Estado Nacional (representado por suas diversas forças e instâncias – executivo, legislativo, judiciário; oposição política; movimentos sociais; ONG's e capital econômico nacional/regional e local) marcando um conjunto de negociações e debates endógenos, havia também os fatores exógenos, caracterizando por um lado, as recomendações de diversas agências multilaterais e de fomento (FMI, Banco Mundial e etc.) e, por outro, pelas fortes pressões das imensas massas de capital transnacional requerente de novos mercados para investimentos e continuidade de seus respectivos processos de acumulação e concentração.

As reformas econômicas realizadas nas décadas de 1980 e 1990 nos países em desenvolvimento têm sido amplamente discutidas pela literatura (econômica, política, sociológica, dentre outras). Uma questão central posta neste conjunto de debates é a busca de entendimento sobre como se deram as transformações das idéias político-econômicas que vigoraram nos anos 70, marcado pela crença no desenvolvimento estruturado em um Estado forte, poderoso e com uma forte dose de protecionismo para as reformas voltadas para o mercado que reinaram durante a década de 1990.

Já ao final dos anos 80, em função de drásticas mudanças ocorridas no cenário nacional, os países em desenvolvimento começaram a formular e implementar um conjunto de políticas econômicas mais ortodoxas. O quadro de fundo dessas decisões era a presença de um ambiente recessivo, com interrupção dos fluxos externos de financiamento, abundantes no período anterior, (Velasco Jr, 1997). O objetivo primário era o controle do déficit público e da inflação e, ao mesmo tempo buscavam-se meios de fazer frente ao pagamento das dívidas assumidas junto às instituições financeiras internacionais. Do ponto de vista da estratégia de desenvolvimento também havia mudanças, dentre elas, a venda de empresas estatais e a eliminação total ou parcial de barreiras tarifárias, tendência esta, reforçada e acelerada nos

anos 90. As pressões externas são outro fator que contribuíram para as reformas econômicas nos países em desenvolvimento, todavia aqui não pretendemos “olhá-las” de forma unidirecional, ou seja, impostas independente das vontades nacionais. Os fatores externos se dinamizam com um conjunto de fatores internos (classes e frações de classes e elites econômicas e políticas) para favorecerem a realização de reformas, ou seja, há um processo de interação em contextos de negociação de interesses.

As reformas orientadas para o mercado no final do século XX, marcaram no âmbito do Estado um conjunto de reformas, reorientações e reestruturações que visavam a transição do Estado Burocrático ao Estado de Mercado e que no âmbito da racionalidade do Estado entraria em ação as práticas gerenciais. A tendência mundial vinha impactando os Estados-Nações com a globalização que, dentre outros efeitos, marcou um processo de integração regional, seguida por uma crise do Estado-Nação e, por um crescente avanço do capitalismo financeiro, que por sua vez, trouxe novas ameaças, mas também novas oportunidades em esfera global para as economias dos Estados no final do século XX (principalmente nos países latino-americanos).

A década de 1990 (no Brasil) teve como marco político na agenda privatista os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Todavia, este movimento começou a se institucionalizar ainda no governo de José Sarney, a partir de 1985, passando pelo governo do presidente Fernando Collor de Mello e do presidente Itamar Franco até chegar e se fortalecer com FHC (no primeiro e no segundo mandato). No entanto, algumas distinções e observações devem ser feitas. A primeira delas se refere à presença das privatizações enquanto reformas econômicas para redefinição de modelos e/ou de padrão de desenvolvimento. Neste primeiro caso, percebe-se nitidamente que, embora as privatizações começassem a ocorrer no setor de siderurgia no governo do presidente José Sarney, não havia por parte deste uma opção declarada em sua agenda pública (governamental) para realização de tais reformas.

Já os governos seguintes, embora dando continuidade à lógica privatista, vão aprofundá-la como fator central de reformas propostas na agenda política e na pauta governamental. Talvez a exceção seja o governo do presidente Itamar Franco que, embora não fosse enquadrado como um político voltado para esses tipos de reforma, teve seu governo, em parte, agindo mediante aos movimentos começados e propostos no governo do presidente Collor. No governo do presidente Fernando Collor há um marco muito importante para as reformas orientadas para o mercado, ou seja, a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) que vai marcar no plano institucional e político as reformas liberalizantes. É a partir daí que se alteram algumas leis, criam-se novos arranjos e dá-se início à reestruturação do setor elétrico brasileiro na sua esfera federal e estadual, ora em sintonia, ora em conflito com os entes da Federação (Governo Federal e Governos Estaduais).

As privatizações brasileiras enquanto um dos elementos fundamentais para as Reformas do Estado teve como marco o Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pela Lei nº. 8.031, de 12 de abril de 1990, que colocou as privatizações no centro das reformas econômicas iniciadas pelo Governo Collor e que se aprofundaram no decorrer da década de 1990. Num primeiro momento, o PND concentrou esforços na venda de estatais produtivas, vinculadas a setores estratégicos, tais como: empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes. Durante o Governo do presidente Collor e do presidente Itamar Franco (de 1990 a 1994), foram desestatizadas 33 empresas pelo governo federal, sendo 18 controladas e 15 participações minoritárias da Petroquisa e Petrofétil. Ainda foram realizados mais oito leilões de participações minoritárias no âmbito do Decreto nº. 1.068 (www.bndes.gov.br).

Deste processo de privatização o governo obteve uma receita de aproximadamente US\$ 8,6 bilhões⁹, que quando acrescida de US\$ 3,3 bilhões de dívidas transferidas ao setor privado somariam US\$ 11,9 bilhões. (BNDES, 2002). As moedas utilizadas neste processo de privatização foram das mais diversas, dentre elas destacamos os Títulos da Dívida Pública Federal – “moedas da privatização” – que responderam por cerca de 81% da receita obtida com a venda das empresas no período de 1990 a 1994, cuja finalidade era a prioridade dada pelo Governo ao ajuste fiscal¹⁰.

Outro fator importante neste processo foi à pequena participação dos investidores estrangeiros no âmbito do PND neste período (1990/1994), caracterizando-se eminentemente pela presença das empresas nacionais, das instituições financeiras, das pessoas físicas e dos fundos de pensão. Como veremos a seguir, a participação dos investimentos estrangeiros a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso vão ocupar grande destaque, passando a ser a mais significativa. Com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi dado maior prioridade às privatizações. Para tal, alguns ajustes institucionais foram realizados no âmbito do PND, caracterizando-o ainda mais como um dos principais instrumentos da reforma do Estado (como parte constituinte do Programa de Governo).

Com esta maior centralização nas privatizações a partir de 1995, o Governo do presidente FHC cria o Conselho Nacional de Desestatização – CND – em substituição à Comissão Diretora. A partir do CND inicia-se uma nova fase da privatização, na qual os serviços públicos começam a ser transferidos ao setor privado, dentre eles, destacamos o setor elétrico, financeiro, de telecomunicações, rodovias, saneamento, portos e as concessões das áreas de transportes. Ao passo que no período anterior (1990/1994) a moeda mais utilizada foi às chamadas “moedas da privatização”, como já exposto, no período de 1995 a 2002 (1º e 2º governo do presidente Fernando Henrique Cardoso) há um aumento significativo de moeda corrente nacional, resultado da arrecadação nos leilões de privatizações.

Como aventado acima, outra mudança significativa nas privatizações ocorridas no período do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) foi à significativa participação do capital estrangeiro (aproximadamente 53%) no total arrecadado com todas as desestatizações ocorridas no Brasil¹¹ (www.planejamento.gov.br). Das privatizações brasileiras realizadas no período de 1995 a 2002, os setores de infraestrutura/serviços responderam por cerca de 80% da receita de venda, sendo o restante dividido entre 14% para os setores industriais e 6% para participações minoritárias (que envolvem o Decreto N°. 1068 e Estaduais).

Os setores de energia elétrica e de telecomunicações foram os mais representativos no processo de privatização, representando cada um aproximadamente 31% da participação setorial nas privatizações, ou seja, juntos responderam por aproximadamente 62% das

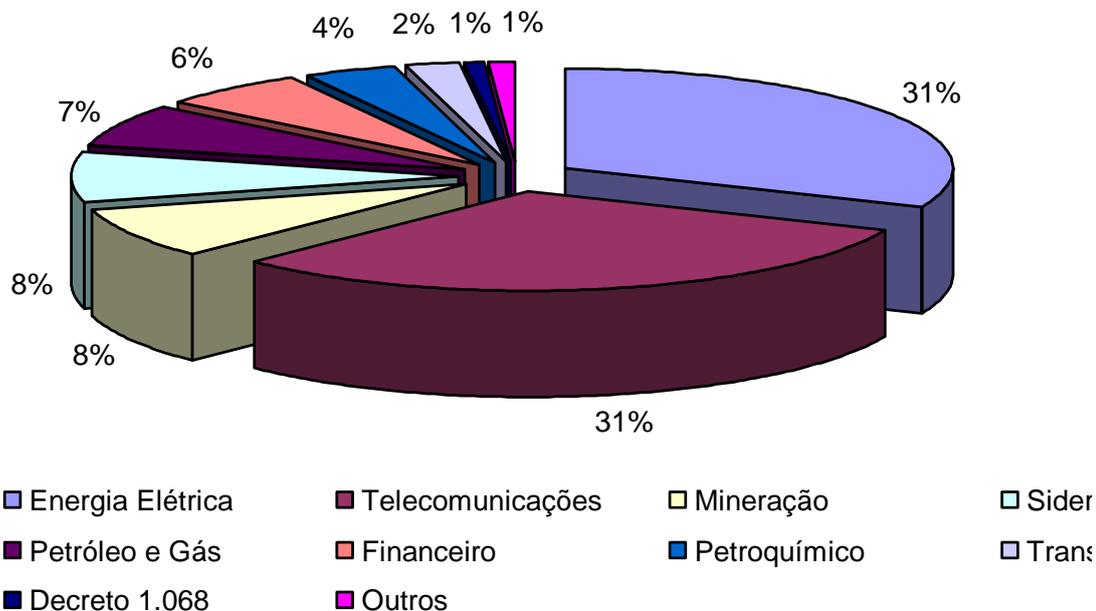
⁹ - O setor siderúrgico apresentou uma receita de venda de US\$ 5,562 bilhões, seguido do Petroquímico com receita de venda de US\$ 1,882; o setor de Fertilizantes apresentou uma receita de venda de US\$ 418 milhões; no âmbito do Decreto n°. 1068 a receita de venda foi de US\$ 396 milhões e por fim, outros setores representaram aproximadamente US\$ 350 milhões (Privatização no Brasil, BNDES, julho de 2002).

¹⁰ - Outras moedas aceitas foram: Dívidas Securitizadas (débitos internos do Governo); Debêntures Siderbrás; Certificados da Privatização; Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento; Títulos da Dívida Agrária, dentre outras (Privatização no Brasil, BNDES, julho de 2002).

¹¹ - As empresas nacionais responderam por aproximadamente 26% da receita da venda; as Pessoas Físicas por cerca de 8%; o Setor Financeiro Nacional por cerca de 7% e as Entidades de Previdência Privada por cerca de 6%. (informações extraídas de Ministério do Planejamento e do BNDES, via Internet).

participações setoriais (privatizações realizadas na esfera Federal e Estadual). No caso do setor elétrico, os Estados tiveram grande participação para o resultado final, por exemplo, o Estado de São Paulo realizou um conjunto grande de privatizações no setor (na geração e distribuição principalmente).

Gráfico 1 – Participação Setorial nas Privatizações de 1990 a 2002*.



Fonte: BNDES, 2002 (Privatização no Brasil – 1990/2002, www.bndes.gov.br).

* Total arrecadado de US\$ 105, 30 bilhões (Receita de Venda mais Dívidas Transferidas). O período de 1990/1994 respondeu por 11,2% e o período de 1995/2002 respondeu por 88,8%.

As privatizações no setor elétrico começaram a ser efetivadas primeiramente no âmbito federal com o processo de desestatização a partir da venda da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA. Empresa concessionária que atuava no serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A ESCELSA foi privatizada em 11 de julho de 1995. Posteriormente foram privatizadas a *Light* Serviços de Eletricidade S.A., empresa concessionária de serviço público na geração, transmissão e distribuição e a empresa de geração de energia elétrica Gerasul, oriunda da cisão da Eletrosul. A *Ligth* foi privatizada em 21 de maio de 1996 e a Gerasul em 15 de setembro de 1998. Na esfera estadual as privatizações começaram um pouco depois e foram marcadas, entre outros problemas, pelos conflitos político-institucionais que tiveram que se ajustar à estrutura federativa do país. Foi privatizado um total de 20 empresas do setor elétrico, sendo 17 distribuidoras e 3 geradoras. Seguem-se abaixo os Quadros 1 e 2: o primeiro apresentando as empresas estaduais geradoras de energia elétrica privatizadas e o segundo apresentando as empresas estaduais distribuidoras de energia elétrica privatizadas.

Quadro 1 – Empresas Geradoras de Energia Elétrica privatizadas em esfera Estadual – 1995/2002.

Empresa Geradora	Data da Oferta - Privatização
Cachoeira Dourada	05/09/1997
CESP – Parapanema	28/07/1999
CESP – Tietê	27/10/1999

Fonte: BNDES, 2002 e Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE (www.cspe.sp.gov.br).

Quadro 2 – Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica privatizadas em esfera Estadual – 1995/2002.

Empresas Distribuidoras	Data de Oferta – Privatização
Cerj	20/11/1996
Coelba	31/07/1997
CEEE – Centro-Oeste	21/07/1997
CEEE – Norte – NE	21/10/1997
CPFL	05/11/1997
Enersul	19/11/1997
Cemat	27/11/1997
Energipe	03/12/1997
Cosern	12/12/1997
Coelce	02/04/1998
Eletropaulo Metropolitana	15/04/1998
Celpa	09/07/1998
Elektro	16/07/1998
EBE	17/09/1998
Celpe	17/02/2000
Cemar	15/06/2000
Saelpa	30/11/2000

Fonte: BNDES, 2002 e ANEEL (www.aneel.gov.br).

Além das privatizações supra mencionadas, ainda houve no âmbito do PND, entre 1995 e 2002, a realização de 23 leilões de participações minoritárias (Decreto 1.068) que também contou com uma predominância no setor elétrico brasileiro. Já nos programas estaduais de privatização, entre 1997 e 2002, foram realizados 16 leilões de participações minoritárias. A partir de 1996, com a instituição da Lei nº. 9.427/96 que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, cuja finalidade era de regular e fiscalizar a produção (geração), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, segundo as políticas e diretrizes do governo federal.

Além da criação da ANEEL, também foi inserido no PND um conjunto de aproveitamentos hidrelétricos e de linhas de transmissão para tentar aumentar a capacidade de produção e de transmissão em alta tensão de energia elétrica. No caso da geração, as licitações para exploração de aproveitamentos hidrelétricos ocorreram de 1996 a 2002, tendo uma maior concentração nos anos de 2000 e 2001¹². Já, as novas concessões de transmissão de energia elétrica marcaram o período de 2000/2002, sendo que nestas licitações não havia pagamento pela concessão, pois os vencedores eram aqueles que ofereciam a menor tarifa de transmissão, segue-se abaixo o Quadro 3 resumido dos resultados dos leilões de linhas de transmissão.

¹² - Do total de 55 novas usinas licitadas no período de 1996/2002, os anos de 2000 e de 2001 responderam por 33 novas usinas. (www.bndes.gov.br).

Quadro 3 – Resultado dos leilões de linhas de transmissão – 2000/2002.

Ano	Linhas Licitadas (Nº.)	Extensão da Linha (Km)	Investimento Previsto (US\$ milhões)
2000	6	2.498	1.018,6
2001	8	3.666	824,8
2002	11	1.859	285,4
Total	24	7.808	2.196,8

Fonte: www.bndes.gov.br.

As privatizações sejam na esfera federal ou na esfera estadual, concentraram-se mais nos anos de 1997 e 1998, sendo que o setor elétrico foi um dos principais responsáveis por este resultado. Muitos também foram os grupos econômicos (atores) que souberam se aproveitar deste processo. O Quadro 4 evidencia os principais grupos estrangeiros que adentraram ao setor elétrico brasileiro durante a década de 1990. Dos grupos nacionais, destacou-se o consórcio VBC (Votorantim, Bradesco, Camargo Correa) como principal grupo atuando no setor de energia elétrica (distribuição), seja como consórcio ou cada empresa em separado.

Quadro 4 – Principais grupos estrangeiros no setor elétrico brasileiro em agosto de 2000

Grupo	País de Origem	Empresas
AES	Estados Unidos	AES-Sul, Tietê, Metropolitana, Light, Cemig
Nerón	Estados Unidos	Elektro
Southern	Estados Unidos	Cemig
Duke	Estados Unidos	Paranapanema
Alliant (ex - Hudson)	Estados Unidos	Light, Cataguases-Leopoldina
El Paso	Estados Unidos	Gerador Independente
Citibank	Estados Unidos	Escelsa
EDF	França	Light, Metropolitana
Tractebel	Bélgica	Gerasul
Endesa	Espanha	Cerj, Coelce
Enersis	Controlada pela Endesa da Espanha	Cerj, Coelce
Iberdrola	Espanha	Celpe, Coelba, Guaraniana
EDP	Portugal	Bandeirantes, Cerj
Endesa	Chile, mas controlada pela Endesa da Espanha	Cachoeira Dourada
Chilectra	Chile, mas controlada pela Enersis	Cerj

Fonte: Rosa, L.P., 2001:128.

A reestruturação do setor elétrico o os novos arranjos de regulação: (*des*)compassos e conflitos

O processo de reestruturação do setor elétrico acirra-se a partir de 1993 com a promulgação da Lei nº 8.631¹³. E, em 1995, com a promulgação das Leis das Concessões nº 8.987 e o Decreto nº 9.074, que regulamentaram o artigo 175 da Constituição¹⁴, criou-se condições legais para que os geradores e distribuidores de energia elétrica pudessem competir pelo suprimento dos grandes consumidores de energia elétrica. Porém, a privatização começou a ser implantada antes que o Estado tivesse criado os mecanismos necessários para a nova regulação do setor. A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) foi criada somente em 6 de outubro de 1997, por meio da aprovação do Decreto nº 2.335. A ANEEL veio exercer a função de órgão regulador em nível federal, substituindo o DNAEE e reordenando as áreas de negócios do setor em: produção de energia (geração); transporte nas tensões mais altas (transmissão); transporte com o específico objetivo de atendimento a consumidores finais (distribuição); e vendas no varejo, com a função de medir e conquistar os consumidores finais (comercialização).

Em esfera estadual, também foram criadas agências reguladoras, a saber: outras 12 unidades da federação criaram suas agências de regulação (porém, vinculadas a ANEEL) do setor elétrico para atender as especificidades da regulação estadual. Suas respectivas agências são: na região Norte, a ARCON (Estado do Pará); na região Nordeste, a ARCE (Estado do Ceará), ARSEP (Estado do Rio Grande do Norte), a ARPE (Estado de Pernambuco), a ASES (Estado de Sergipe) e a AGERBA (Estado da Bahia); na região Sudeste a AGERSA (Estado do Espírito Santo), a ASEP (Estado do Rio de Janeiro) e a CSPE (Estado de São Paulo); na região Centro Oeste a AGER/MT (Estado do Mato Grosso) e a AGR (Estado de Goiás); e, por fim, na região Sul a AGERGS (Estado do Rio Grande do Sul). Foram tantas as atribuições, ao lado do aporte financeiro ao capital externo (via BNDES) para aquisição das concessionárias, que nos fazem suspeitar do uso indevido do termo “desregulamentação” para caracterizar o que pareceu ser, não a retirada estatal do setor elétrico, mas sua mudança na forma de atuação.

Por outro lado, esse processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, na sua realização, ainda contou com um ordenamento que consistiu na contratação por parte do Ministério de Minas e Energia (MME), em 1996, de um consórcio, liderado pela empresa Coopers & Lybrand¹⁵, pelas empresas Lathan & Watkins (ligadas ao ramo de consultoria internacional) e pelas empresas nacionais Main e Engevix (ambas do ramo de engenharia, gerenciamento de projetos e obras), além de uma empresa de consultoria na área jurídica, a Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, visando colher sugestões para a montagem de um novo desenho para o mercado elétrico brasileiro e de uma nova aparência institucional, o que, a partir daí, se convencionou de “*Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro – RESEB*”, Longo e Bremann (2002).

¹³ Esta Lei eliminou o regime tarifário pelo custo de serviço, abrindo espaço para o processo de criação do Produtor Independente de Energia (PIE) e o estabelecimento de regras para fixação de níveis tarifários, além de estabelecer a obrigatoriedade de contratos de suprimento de energia (contendo quantidades e preços) (Ferreira, 2000).

¹⁴ O artigo 175 incumbiu “ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. – Parágrafo único. A lei disporá sobre: o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; os direitos dos usuários; política tarifária; a obrigação de manter serviço adequado”.

¹⁵ Empresa com fortes interesses no Gás da Bolívia.

Era esperado da consultoria que houvesse sugestões que partissem de uma adaptação dos ensinamentos e experiências das reformas ocorridas em outros países (principalmente do caso Inglês), mas considerando as especificidades do setor elétrico brasileiro (Ferreira, 2000).

Dentre as especificidades do caso brasileiro, o Governo Federal advertiu as seguintes:

- a) por ser federativo, o regime brasileiro torna indispensável a divisão dos poderes regulatórios entre o governo federal e os governos estaduais. Esta divisão se traduz em uma delicada negociação política numa circunstância em que as empresas elétricas controladas pelos governos estaduais já estão sendo privatizadas (Abrucio & Costa, 1999);
- b) o sistema elétrico brasileiro é de base hidráulica, sendo necessária forte coordenação da operação na introdução do processo de concorrência na geração;
- c) a rede de transmissão brasileira deveria buscar progressivamente interconectar-se em um sistema nacional;
- d) dadas as significativas diferenças regionais e empresariais, alguns mecanismos de compensação regionais precisariam subsistir por um período significativo;
- e) a existência de um grande número de empresas controladas por governos estaduais, muitas delas com significativos ativos de transporte e geração, exigiria a convivência de empresas privadas e estaduais no mercado elétrico brasileiro durante um período (Rezende & Paula, 1997).

As principais sugestões da Coopers & Lybrand e demais consultoras e aceitas pelo governo brasileiro foram:

- a) a criação de um mercado atacadista de eletricidade – MAE¹⁶;
- b) o estabelecimento de ‘contratos iniciais’ para criar uma fase de transição para o mercado de energia elétrica competitivo;
- c) o desmembramento dos ativos de transmissão e a criação de um Operador Independente do Sistema (OIS) para administrar o sistema interligado;
- d) a organização das atividades financeiras e de planejamento neste novo cenário (Ferreira, 2000).

No campo específico da geração, as recomendações também foram significativas no que tange à transparência e ao acesso livre ao mercado. Dentre o conjunto de recomendações, destacam-se as seguintes:

- a) a desverticalização da geração no que se refere aos ativos federais e estaduais por meio da criação de empresas separadas de geração, as denominadas “gencos” para garantir que o acesso ao mercado de atacado seja livre;

¹⁶ O MAE exerce a função de intermediador de todas as transações de compra e venda de energia elétrica dos sistemas elétricos interligados. No Brasil houve a criação de quatro sub-mercados “spot”, quais sejam: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul-Centro-Oeste. Participam do MAE os geradores com capacidade igual ou superior a 50 MW, todos os varejistas com carga igual ou superior a 100 GWh e todos os grandes consumidores com demandas acima de 10 MW (Tolmasquim e Campos, 2002).

- b) a separação horizontal das duas maiores “gencos” federais, FURNAS e CHESF, para criação de duas novas empresas menores a partir de cada uma delas (Longo e Bermann, 2002).

Deste modo, não nos parece que a consultoria se ateuve plenamente à realidade brasileira, na qual o mercado atacadista não iria, no médio prazo, incluir novos produtos como os que obterão a energia por fontes térmicas (óleo, gás, carvão e nuclear como na Inglaterra). Outro equívoco relevante da consultoria foi ter desprezado em suas análises o controle das cheias, irrigação, abastecimento de água potável, navegação e desenvolvimento regional integrado, questões que são vitais para a nova modelagem energética no Brasil (Rezende & Paula, 1997 e Meireles, 1999).

O novo modelo de regulação definido pelo governo federal, dividiu o setor em quatro segmentos, cada qual com uma forma distinta de operacionalização e um agente envolvido. O segmento da geração foi aberto à concorrência privada; o segmento da transmissão permanece como monopólio gerido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS¹⁷; o segmento da distribuição também continuaria como monopólio gerido por concessionárias; e, por fim, o segmento da comercialização foi aberto à competição pelas comercializadoras.

Muitos foram os equívocos ocorridos no processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, como já apresentado. Todavia, um é de fundamental importância para o debate neste artigo, qual seja: o que se refere à discussão sobre a passagem de um Estado produtor para um Estado regulador. O debate bibliográfico sobre esta questão apresenta uma seqüência lógica e operacional para facilitar e propiciar êxito nesta transição complexa, a saber:

- a) criação do marco regulatório;
- b) criação e fortalecimento das agências reguladoras e;
- c) realização das privatizações.

Todavia, quando observamos o caso do setor elétrico brasileiro e em que contexto foi privatizado, notamos claramente uma inversão de prioridade e de proposição prática, ou seja: no Brasil começou-se com as privatizações, com essas ainda em andamento criaram-se as agências reguladoras¹⁸ (ANEEL, no caso do setor elétrico) e, em seguida foram formulando os marcos regulatórios.

¹⁷ O ONS é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e que está estruturado sob a forma de associação civil, dele participam geradores, empresas de transmissão e de distribuição, consumidores livres, comercializadores, importadores e exportadores de eletricidade. Suas funções consistem na garantia da qualidade do suprimento elétrico na rede de transmissão; na garantia de que todos os agentes do setor elétrico tenham acesso aos serviços prestados pela rede de transmissão; e o despacho das centrais cujo objetivo é a minimização do preço de energia no mercado atacadista (Tolmasquim e Campos, 2002).

¹⁸ - As Agências Reguladoras como mecanismos político-institucionais para intermediar a Relação Estado/Mercado no conjunto das reformas do Estado ocorridas no Brasil a partir da década de 1990, podem ser apresentadas em três grupos segundo as respectivas motivações e interesses para a criação das mesmas. No primeiro grupo estão as agências relacionadas com a quebra do monopólio do Estado nos setores de telecomunicações, elétrico, de gás e petróleo (ANATEL, ANEEL e ANP – de 1995/1998). No segundo grupo estão as relacionadas com a função de fiscalizar os padrões de oferta e qualidade de serviços, além de monitorar os preços (ANVISA e ANS – de 1999/2000). No terceiro grupo estão as agências criadas sem muitos critérios ou mesmo argumentação técnica, gerando com isto confusões nas funções de fato das agências (ANA, ANCINE, ANTT e ANTAQ – de 2000/2002).

Considerações finais

O processo de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro nos anos 90 apresentou uma dinâmica político-econômica e institucional marcada por influências de fatores exógenos e endógenos. Dos primeiros, salientamos as proposições neoliberais (de muitos impactos deletérios a sociedade brasileiro e ao setor elétrico em particular) contidas no “Consenso de Washington”, no FMI e no BIRD que de forma direta e indiretamente recomendaram e/ou indicaram metas a serem seguidas e praticadas pelos países em desenvolvimento. Metas estas, em grande parte incorporadas e executadas pelo governo brasileiro.

Os fatores endógenos foram marcados principalmente pela crise na qual o Estado vinha passando desde o segundo choque do petróleo no final da década de 1970, seguido por toda a década de 1980, caracterizada como a “década perdida” pelos altos índices inflacionários (hiperinflação), crise de financiamentos dos setores infra-estruturais, da crise fiscal e monetária, dentre outros aspectos que somados a turbulência dos processos de Redemocratização do Brasil deixava o país em constantes instabilidades político-institucionais e econômicas.

É perante este quadro que as privatizações se inserem a partir da década de 1990, como um fator importante para as Reformas do Estado. E o setor elétrico como já demonstrado representou parte expressiva dos resultados deste processo. Todavia, as privatizações do setor elétrico brasileiro merecem algumas observações, primeiramente, as motivações para privatizar o setor tiveram no discurso do governo (FHC, principalmente) a necessidade do ajuste fiscal, embora saibamos que não podemos desconsiderar neste processo as constantes pressões do capital internacional requerente de novos mercados para investimentos; das orientações das agências multilaterais, condicionando muitas vezes os empréstimos à realização das privatizações. Ou seja, não era meramente um problema endógeno, mas sim uma articulação complexa de muitos atores, classes e interesses diversos em esfera nacional e internacional.

Em segundo lugar, a condução do processo foi marcada pela contradição presente na simultaneidade em que se privatizava, criava as agências reguladoras e os marcos regulatórios. No caso do setor elétrico, a agência reguladora (ANEEL) é criada depois de já iniciado o processo de privatização. Este processo não só trouxe dificuldades para o próprio Estado, pois ainda não havia consolidados os mecanismos político-institucionais necessários. Como também para a relação deste Estado com as empresas concessionárias de energia elétrica (privadas e estatais) e com os consumidores finais (residências e industriais, por exemplo). Por fim, mesmo as privatizações do setor elétrico brasileiro sendo portadoras de muitas contradições, muitos foram os atores internacionais e nacionais que souberam se aproveitar deste processo, principalmente às empresas/atores requerentes de novos espaços de investimentos para manterem a lógica de produção e reprodução dos seus respectivos capitais.

Bibliografia fundamental

- ANEEL (2001). *A ANEEL na reestruturação do setor elétrico brasileiro*. Brasília.
- ARBIX, G. (2002) *Da liberalização cega dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento*. Tempo Social; Ver. Social. USP, São Paulo, 14 (1): 1-17, maio.
- AYERBE, L. F. (1998) *Neoliberalismo e política externa na américa latina*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- AZPIAZU, D. (org.). (2002) *Privatizaciones y poder económico: la consolidación de una sociedad excluyente*. Universidad Nacional de Quilmes.

- BASUALDO, E. (2002) *Sistema político y modelo de acumulación en la argentina*. Universidad Nacional de Quilmes.
- BASTOS, P.P.Z.; FONSECA, P.C.D. (orgs.) (2012). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economía e sociedade*. São Paulo: UNESP.
- BATISTA, P. N. (1994) *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. In: *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BENKOS, G. (1996) *Economia, Espaço e Globalização – na aurora do século XXI*. Editora Hucitec. São Paulo.
- BERMANN, C. (2001) *Energia no Brasil: para que? para quem? Crise e alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Livraria da Física: FASE.
- BIONDI, A. (1999) *O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- BNDES. (1997) *Programa Nacional de Desestatização – relatório de Atividades/1997*. (site: www.bndes.gov.br).
- BORON, A.A. (1994) *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra.
- CALABI, A.S. et ali. (1983) *A Energia e a Economia Brasileira*. São Paulo: Pioneira: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
- CANO, W. (2000) *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo. Editora UNESP.
- CARDOSO, F.H. E FALETO, E. (1970) *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 7° ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. RJ.
- CEPAL (2002) (Comisión Econômica para América Latina y el Caribe) *Globalización y desarrollo*. Edición de Mayo de 2002, Santiago de Chile.
- COSTA, V. M. F. (1998) *O novo enfoque do Banco Mundial sobre o Estado*. São Paulo, Revista Lua Nova, v. 44.
- DINIZ, E. (1997) *Crise, reforma do estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- DONAHUE, J.D. (1992) *Privatização – fins públicos, meios privados*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- EASTERLY, W., SERVÉN, L. (2003) *The limits of stabilization: infrastructure, public deficits, and growth in latin America*. Stanford University, and the World Bank.
- EDWARDS, S. (1995) *Crisis and reform in latin America: from despair to hope*. World Bank Oxford University Press.
- ELETROPAULO. (1997) *História & Energia 7- Estatização x Privatização, São Paulo*, Departamento de Patrimônio Histórico.
- FARIA NETO, P.S. (1994) *Gestão Efetiva e Privatização: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora.
- FERREIRA, C.K.L. (2000) *Privatização do setor elétrico no Brasil in: A Privatização no Brasil – o caso dos serviços de utilidade pública*. (Edit.) Pinheiro, A.C. & Fukasaku, K. BNDES.
- FIORI, J. L. (1995) *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado*. Rio de Janeiro: Insight.
- FRIEDMAN, M. (1984) *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas).
- GIAMBIAGI, F., REIS, J. G., URANI, A. (2004) *Reformas no Brasil: balanço e agenda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GOMES, A.C. (org.) (1994). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- IANNI, O. (1986) *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. RJ: Editora Civilização Brasileira.

- LEITE, A D. (1995) *A Energia do Brasil*. Editora Nova Fronteira.
- LEME, A. A. (2001) A reestruturação do setor elétrico brasileiro: privatização e crise em perspectiva. In: *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil* (org.) Felicidade, N.; Martins, R.C.; Leme, A.A., São Carlos, SP: RiMa.
- LEME, A. A. (2015) Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 495-527, ago.
- LEME, A.A. (2016) Crise e reformas no brasil: trajetória em prol das reformas orientadas para o mercado nos anos 1990. *Sinais Sociais | Rio de Janeiro | v.10 n. 30 | p. 39-68 | jan.-abr.*
- LEME, A. A. (2011) Estado e privatização: um debate sociológico, uma questão política. *Civitas: revista de ciências sociais*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 339-360, maio/ago.
- LEME, A. A. (2005) Globalização e reformas liberalizantes: contradições na reestruturação do setor elétrico brasileiro nos anos 90. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 165-186, nov.
- LEME, A. A. (2010) Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 114-138, jan./jul.
- LEME, A.A. (2011b) *State energy and development: hydroelectricity in perspective and criticism in Brazil*. In: BILIBIO, C.; HENSEL, O.; SELBACH, J. F. (Org.). *Sustainable water management in the tropics and subtropics: and case studies in Brazil*. Jaguarão: UNIPAMPA v. 2.
- LESSA, C. (org.). (2001) *O Brasil a luz do apagão*. Rio de Janeiro: Palavra & Imagem.
- MADDISON, A. (1992) *The political economy of poverty, equity, and growth*. World Bank Oxford University Press.
- MACIEL, C.S. (1997) *Globalização, crise do padrão de financiamento da economia e reestruturação institucional do setor elétrico brasileiro*. Tese de Doutorado em Economia na UNICAMP.
- MARQUES, M. (2000) *Privatização prejudicou mais consumidor de baixa renda*. *Gazeta Mercantil – Economia*, terça-feira, 22/02/2000. (site: www.zaz.com.br/investnews).
- MEIRELES, S. (1999) *Setor elétrico em choque*. *Revista Cadernos do Terceiro Mundo* 212 – Setembro.
- MELLO, M.F. (1992) *A privatização no Brasil: análise dos seus fundamentos e experiências internacionais*. Tese de Doutorado apresentada na FEA –USP, São Paulo.
- MME (2003). *O novo modelo do setor elétrico*. Brasília, setembro (www.mme.gov.br).
- NUNES, E. (2001) *O quarto poder: gênese, contexto, perspectivas e controle das agências reguladoras*. II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos, Brasília, 25 de setembro de 2001 (versão atualizada, outubro de 2001).
- PASSET, R. (2002) *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- PAUNOVIC, I. (2000) *Growth and Reforms in Latin America and the Caribbean in the 1990s*. Série Reformas Econômicas n°70, maio, CEPAL (site: www.eclac.cl/).
- PECHMAN, C. (1993) *Regulating power: the economics of electricity in the information age*. New York.
- PEREIRA, L.C.B. (1998) *Economia Brasileira: uma introdução crítica*. 3ª edição revista e atualizada em 1997. São Paulo. Ed.34.
- PINHEIRO, A.C. (2000) *A experiência brasileira de privatização: o que vem a seguir?*. Texto para discussão n°. 87 (IPEA), novembro.
- PINHEIRO, A. C., FUKASAKU, K. (2000) *A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública*. Rio de Janeiro: BNDES.
- REZENDE, F. & PAULA, T. B. (coord.). (1997) *Infra-Estrutura: perspectiva de reorganização; Setor Elétrico*. Brasília: IPEA.

- ROSA, L.P. (2002) A crise de energia elétrica: causas e medidas de mitigação. In. *Política energética e crise de desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra.
- ROSA, L. P.; TOLMASQUIM, M. T. E PIRES, J. C.L. (1998) *A reforma do setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Coppe, UFRJ.
- ROSANVALLON, P. (2002) *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC.
- SALGADO, L.H. (2003) *Agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional*. Texto para Discussão nº. 941 (Ipea), março.
- SAUER, I. (2002) Energia elétrica no Brasil contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas. In. *Política energética e crise de desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra.
- TAVARES DE ALMEIDA, M.H. (1997) *A Reforma Negociada: o Congresso e a política de privatização*. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol.12 – N° 34 (ANPOCS).
- _____ (1999) *Negociando a Reforma: A Privatização de Empresas Públicas no Brasil*. XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS/Caxambu-MG.
- TAVARES, M. C. (1972) *Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- TORRE, J. C. (1998) *El proceso político de las reformas económicas en américa latina*. Buenos Aires, Editorial Piados SAICF.
- VELASCO E CRUZ, S.C. (org.) (2004) *Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento*. Cadernos do IFCH; Campinas/UNICAMP-IFCH.